



Relato da reunião ordinária do CD EPSJV
19 e 20 de maio de 2026

19 de maio

PAUTA

Retorno das contribuições para a política de movimentação externa de servidores

Anamaria Corbo (Direção) fez um breve relato das discussões sobre a Política de Movimentação no CD EPSJV e propôs que a deliberação sobre o documento com a proposta da política fosse adiada para a reunião de junho do Conselho, ampliando o tempo para discussão nos laboratórios e setores. Propôs ainda que as contribuições ao documento já recebidas pela Direção sejam compartilhadas com todos os membros do CD EPSJV e que novas contribuições sejam enviadas até o dia 3 de junho.

Diante dessa proposta, Raphael Quintanilha (Reprepoli) perguntou sobre a situação das servidoras que estão aguardando deliberação do CD EPSJV sobre seus pedidos de movimentação.

Anamaria informou que há dois pedidos aguardando definição – das servidoras Ana Claudia Vasconcelos (Lavsa), desde dezembro de 2025; e Cátia Guimarães (CCDE), desde março de 2026. Em seguida, propôs que o CD EPSJV deliberasse sobre duas propostas: decidir sobre a Política de Movimentação na próxima reunião do Conselho e esses dois pedidos entrem no fluxo da política; ou apreciar essas duas situações, sem prejuízo da discussão da política, com a apresentação dos casos na reunião de maio e deliberação na reunião de junho, após os debates nos colegiados. Em votação, o CD EPSJV, aprovou, por unanimidade, a apreciação das duas situações, paralelamente à discussão sobre a política.

Talita Rodrigues (CCDE) informou que Cátia Guimarães (CCDE) solicitou transferência para a Universidade Federal Fluminense (UFF) para atuar no Departamento de Comunicação da UFF. Edilene Menezes (Lavsa) informou que Ana Claudia Vasconcelos (Lavsa) solicitou transferência para a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz) para atuar na área de Saúde Indígena.

Após a apresentação das solicitações, Anamaria solicitou que os pedidos sejam debatidos nos laboratórios e setores para deliberação na reunião de junho do CD EPSJV.

Regimento Interno da Reprepoli

Camila Borges (Reprepoli) apresentou a proposta de novo regimento da Representação de Trabalhadores da EPSJV, destacando as principais alterações no

documento, como a ampliação do prazo do mandato de um para dois anos; a alteração na composição, passando a ser de três titulares e três suplentes, sem a exigência de ter representantes de todos os vínculos de trabalho da Escola; e também a alteração na composição das chapas concorrentes na eleição da Reprepoli. A representação informou que irá incluir, no inciso I do Art. 37, a premissa de que não estão incluídas naquelas situações o caso de término do vínculo do trabalhador com a EPSJV.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, o novo regimento.

Concessão de bolsa

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a concessão de bolsa para Monica Vieira (Lateps) para coordenação do "Projeto Gerânio - Decisão compartilhada em Saúde na Atenção Primária", projeto em parceria com a Ensp/Fiocruz e a Universidade de Laval, no Canadá.

Alteração da portaria de financiamento de eventos científicos

Angélica Fonseca (VDPDT) informou as principais alterações na portaria que disciplina o apoio institucional à participação de trabalhadores da EPSJV em eventos técnico-científicos e político-institucionais. Foi incluída uma nova modalidade de financiamento, além das três já existentes, que inclui a participação de integrantes de Grupos de Pesquisa da EPSJV em eventos técnico -científicos e/ou político-institucionais com vistas ao fortalecimento de agendas de pesquisa e à difusão de temáticas centrais reconhecidas como de interesses da EPSJV.

Foi reafirmado o limite de 5,5 diárias, já previsto na portaria, com o objetivo de permitir melhor participação dos trabalhadores em eventos de maior duração. Registra-se, contudo, que, diante do atual contexto de restrição orçamentária, vem sendo praticada conjunturalmente a limitação a 3,5 diárias, sem que isso configure alteração do limite estabelecido na normativa.

O CD EPSJV aprovou as alterações na portaria.

INFORMES

Questões sobre o fluxo das declarações para o RRA

Geandro Pinheiro (VDGDI) informou que o fluxo de pedidos de declarações para os processos do Reconhecimento de Resultados e Aprendizagem (RRA) está muito grande e, por isso, não é possível atender a todos os pedidos em um prazo curto. Ele ressaltou ainda que todas as declarações emitidas pela Escola precisam garantir a rastreabilidade da origem da informação, por isso, nem todos os pedidos podem ser atendidos, pois algumas solicitações não possuem formas de comprovação. Geandro ainda solicitou a colaboração dos coordenadores de laboratórios e setores para a comprovação das informações.

Dinâmica de envio dos documentos do PPP – Regimento e estrutura organizacional

Geandro Pinheiro (VDGDI) informou que a Direção vai enviar, no dia 1 de junho, o documento base e a proposta de metodologia para as discussões nas assembleias do Projeto Político Pedagógico (PPP). As assembleias estão previstas para 11 de junho, 1 de julho e 27 de agosto, sempre às 13h30, com suspensão total de atividades na Escola para que todos os trabalhadores possam participar dos debates.

Atualização sobre o novo contrato de terceirização

Alexandre Moreno (VDGDI) informou que o processo de licitação para a contratação da empresa de terceirização dos trabalhadores da EPSJV está na fase de revisão global do Estudo Técnico Preliminar (ETP). A previsão para a conclusão de todo o processo licitatório é em novembro de 2026.

Anamaria Corbo (Direção) informou que antes da reunião ordinária do CD EPSJV em junho, será realizada uma reunião extraordinária do Conselho para apresentação do novo contrato de terceirização dos trabalhadores aos conselheiros.

Andamento da licitação da obra da cozinha

Alexandre Moreno (VDGDI) informou que está em fase de conclusão o processo licitatório para a empresa que vai executar a obra de reforma e ampliação da cozinha da EPSJV. A previsão é que a obra tenha a duração de um ano e, durante esse período, haverá a contratação de quentinhas para a alimentação dos estudantes.

CD Fiocruz

Nos dias 27 a 29 de abril, a reunião do CD Fiocruz foi realizada na Fiocruz Bahia, como parte da estratégia da Presidência de fazer as reuniões nas unidades regionais da Fundação. A pauta da reunião incluiu os seguintes temas: Programa Institucional de Apoio a Pesquisadores Eméritos da Fiocruz; Cartas do CD Fiocruz com posicionamentos sobre o Iphan, a Cop-15 e a ocupação da Palestina por Israel; Política Institucional de Biossegurança e Bioproteção; Novos conselheiros e novo estatuto da Fiotec; Fórum Oswaldo Cruz; Emendas parlamentares; Ações de enfrentamento ao feminicídio; e Condutas do período eleitoral.

20 de maio

PAUTA

Histórico da execução das emendas parlamentares – fluxos e encaminhamentos

Anamaria Corbo (Direção) apresentou um panorama das emendas parlamentares na Fiocruz, que foi apresentado na última reunião do CD Fiocruz, em abril de 2026. Em 2025, a Fundação tinha 189 projetos de emendas parlamentares, totalizando R\$ 196 milhões em emendas parlamentares; em 2026, são 105 emendas parlamentares, totalizando R\$ 232 milhões.

A maioria das emendas parlamentares financiam projetos na área de educação e trabalho em saúde. Em seguida, estão os projetos nas áreas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde.

Visando organizar as demandas da Fiocruz para projetos financiados por emendas parlamentares, tendo em vista que os pedidos ainda são muito descentralizados e “concorrem” entre si, foi apresentado ao CD Fiocruz um planejamento de ações para 2026, que incluem a retomada das reuniões da comissão do CD Fiocruz (da qual Anamaria Corbo é uma das integrantes); a construção de um portfólio integrado; a realização de uma oficina para a construção de projetos Fiotec; a manutenção da Assessoria Parlamentar (ASPAR) itinerante; a estruturação do escritório de gestão de emendas na Fiocruz; e o estabelecimento de critérios para recebimento de emendas oriundas de negociação entre movimentos sociais e parlamentares.

Anamaria informou ainda que, em 2026, devido às eleições, o processo de negociação com os parlamentares será antecipado de outubro para junho e julho.

Adriana Ricão (VDGDI) apresentou um panorama dos projetos financiados por emendas parlamentares na EPSJV. De 2018 até 2026, a Escola já recebeu um total de R\$ 17.048.908,69 em recursos de emendas parlamentares para o financiamento de 45 projetos.

Anamaria Corbo (Direção) destacou a importância de identificar as áreas em que os projetos não conseguem financiamento por emendas parlamentares para trabalhar essas demandas de outras formas.

Geandro Pinheiro (VDGDI) informou que, em 2025, os laboratórios e setores apresentaram 17 projetos para serem financiados pelas emendas de 2026. Desses projetos, cinco foram aprovados com emendas.

A Direção propôs a formação de uma comissão do CD EPSJV para as emendas parlamentares, para construir estratégias diferentes para a elaboração de projetos. A comissão será formada por Jefferson Almeida (Lic-Provoc), Carla Cabral (Lateps), Márcia Lopes (Laborat), Ana Reis (Lires) e um representante da Direção.

Gestão da força de trabalho e integridade

Anamaria Corbo (Direção) informou que Luiz Maurício Baldacci (Latec) assumiu a coordenação do Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos da EPSJV. Os comitês de riscos foram instituídos pela Política de Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Fiocruz.

A Direção destacou que é importante pensar na segurança jurídica de todas as ações institucionais para prevenir possíveis questionamentos judiciais. Na Escola, o comitê é responsável pela análise de editais e chamadas públicas de cursos, editais de chamadas para terceirização, questões relativas à gestão da força de trabalho e contratos de terceirização, respostas às demandas da Ouvidoria Fiocruz, entre outras atribuições.

Para analisar e prevenir as principais questões de riscos na gestão do trabalho, a Direção propôs a criação de uma Comissão/Grupo de Trabalho com representantes da Reprepoli, CISTT, CD EPSJV, SGP e Comitê de Riscos. O CD EPSJV aprovou a criação da comissão.

Proposta de mudança no modelo de gestão da Fiocruz

Neste ponto de pauta, participaram do CD EPSJV Juliano Lima, diretor executivo da Fiocruz; Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Júnior, consultor do Ministério da Gestão e Inovação (MGI); e Loris Baena, procurador-chefe da Fiocruz, além de parte dos delegados da EPSJV no Congresso Interno da Fiocruz.

Juliano Lima explicou as bases para a construção do Projeto de Lei (PL) que visa o reposicionamento institucional da Fiocruz, a partir da mudança de seu modelo de gestão, informando que a Fundação considera cinco prioridades nesse processo: garantir a estabilidade legal ao modelo de governança participativa da Fiocruz; garantir a realização dos concursos públicos; assegurar a atuação internacional da Fiocruz; respeito à consolidação e ao aprimoramento do plano de carreira dos servidores; e dar continuidade aos estudos para instituir na Fiocruz entes com natureza jurídica-administrativa diferente.

Ele acrescentou que as características gerais do PL, a partir das salvaguardas deliberadas pelo Congresso Interno, são: a manutenção da Fiocruz como uma fundação pública de direito público; estrutura de gestão democrática na íntegra no PL; estabilidade para atuação internacional; possibilidade de que outras áreas do governo se baseiem na dispensa de licitações para produtos e serviços da Fiocruz e recomposição da força de trabalho em um modelo semelhante ao das universidades.

Pela proposta elaborada pelo MGI, 120 dias após a posse, o presidente da Fiocruz assinaria um contrato de gestão com o Ministério da Saúde para que a Fundação fosse habilitada como uma agência executiva, o que permite algumas flexibilidades na gestão (como o valor dobrado para dispensa de licitação, delegar poderes ao Presidente da Fiocruz para afastamentos, ADI própria, disponibilidade integral do orçamento, maior autonomia financeira, etc.). De acordo com Juliano, a única experiência nesse modelo atualmente é o Inmetro.

Juliano destacou que a proposta inclui também a constituição de três subsidiárias na Fiocruz. As três subsidiárias seriam: uma fundação para o campo da produção (Bio-manguinhos e Farmanguinhos), um complexo dos institutos nacionais (INI e IFF) e o Centro de Preparação e Resposta (novo órgão). As demais unidades permanecem com a mesma estrutura de gestão.

As subsidiárias são entes de natureza jurídica distinta da matriz, que podem ser constituídas por leis específicas em fundações, autarquias e empresas públicas. No Congresso Interno da Fiocruz, a plenária definiu que a Fundação poderia analisar a criação das subsidiárias desde que elas estivessem sob o controle da Fiocruz.

Juliano informou que a proposta está no MGI e que a próxima etapa é ser discutida com a Casa Civil para avaliação dos riscos de tramitação. Além disso, ainda será realizado um seminário e uma plenária do Congresso Interno para discutir e deliberar sobre a proposta, uma vez que para ser encaminhada como proposta da Fiocruz, precisaria ser aprovada no Congresso Interno

Presentes

19 de maio

Adriana Ricão (VDGDI)
Alexandre Moreno (VDGDI)
Alexandre Moreno (VDGDI)
Ana Reis (Lires)
Anamaria Corbo (Direção)
Andrea Oliveira (Reprepoli)
Angélica Fonseca (VDPDT)
Antônio Marinho (Labgestão)
Camila Borges (Reprepoli)
Carla Cabral (Lateps)
Carlos Batistella (CCI)
Edilene Menezes (Lavsa)
Geandro Pinheiro (VDGDI)
Jefferson Almeida (Lic-Provoc)
Luiz Maurício Baldacci (Latec)
Márcia Lopes (Laborat)
Márcia Valéria Morosini (VDEI)
Matheus Waldhelm (Grêmio Estudantil)

Raphael Oliveira (Reprepoli)
Sérgio Oliveira (Labman)
Viviane Soares (Labform)

20 de maio

Adriana Ricão (VDGDI)
Alexandre Moreno (VDGDI)
Alexandre Moreno (VDGDI)
Ana Reis (Lires)
Anamaria Corbo (Direção)
André Malhão (Labman) - convidado
Andrea Oliveira (Reprepoli)
Angélica Fonseca (VDPDT)
Antônio Marinho (Labgestão)
Camila Borges (Reprepoli)
Carla Cabral (Lateps)
Carlos Batistella (CCI)
Claudia Andrade (CCI)
Edilene Menezes (Lavsa)
Elisângela Oliveira (SADM) - convidada
Felipe Bagatoli (Lavsa) - convidado
Fernanda Martins (Lires) - convidada
Geandro Pinheiro (VDGDI)
Heitor Levy (Lavsa) - convidado
Ingrid D'avilla (Labgestão) - convidada
Isabela Helt (Contratos) - convidada
Jefferson Almeida (Lic-Provoc)
Juliano Lima (Presidência) - convidado
Loris Baena (Procuradoria Fiocruz) - convidado
Luis Gustavo Vieira (Contratos) - Convidada
Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Júnior (MGI) - convidado
Luiz Maurício Baldacci (Latec)
Marcelle Costa (Compras) - Convidada
Márcia Lopes (Laborat)
Márcia Valéria Morosini (VDEI)
Matheus Waldhelm (Grêmio Politécnico)
Paulo César Ribeiro (Lavsa) - convidado
Raphael Oliveira (Reprepoli)
Sérgio Oliveira (Labman)
Viviane Soares (Labform)